

**PARADA**  
DO ALTO.  
UMA  
CRÔNICA,  
AINDA  
QUE  
AGUDA?!

Armando Martinho Bardou Raggio

**E**sta parada foi o destino dos primeiros dez moradores do Hospital Psiquiátrico Vera Cruz, dando início à desocupação do maior manicômio de Sorocaba. Entregamos a eles a chave de sua nova morada, em 23 de outubro de 2013, ao invés de promover uma cerimônia de inauguração. Afinal uma residência terapêutica deve ser a casa dos egressos de um manicômio, temporária ou definitiva, mas a sua casa e não uma unidade institucional. Os novos moradores do bairro, retornando à vida livre, logo estabeleceriam relações de vizinhança com muito mais facilidade e aceitação do que se poderia prever. A entrega das chaves foi registrada pela imprensa local e regional, como também pela Procuradoria Geral da República em São Paulo, que presenciou a reunião técnica ampliada do Termo de Ajustamento de Conduta dos hospitais psiquiátricos de Sorocaba e região, com o tema **‘serviços residenciais terapêuticos, garantir o direito e a liberdade de morar e viver nas cidades’**.

Tínhamos obrigação em dar começo à desinstitucionalização, depois de nove meses da gestão municipal da saúde, que começáramos assumindo o Hospital Vera Cruz por decisão do judiciário estadual ainda em dezembro de 2012.

A seguir, quando se tratava de pessoas com laços familiares, houve quem as aceitasse receber em casa, mesmo em outros municípios, como foi o destino de algumas delas, que viriam a ser apoiadas pelo programa de volta para casa. Para destino de moradores dos manicômios, em não havendo familiares que os recebessem, os novos moradores da cidade, que viriam de além para aquém dos muros que os cerceavam há muitos anos, décadas até, teriam que se instalar em residências terapêuticas. Terapêuticas porque financiadas pelo Ministério da Saúde, que como tal, não poderia repassar recursos com vistas à locação de moradias, senão para tratamento. O nome adotado viabilizava o subsídio tão importante para completar as medidas de desocupação de manicômios com a melhora imediata na qualidade de vida dos egressos. Se os familiares os recebam, melhor ainda, pois o acolhimento da família já significava a principal diferença, sendo inclusive apoiada por valor financeiro do programa de volta pra casa.

E para os sem guarida familiar, as residências terapêuticas, financiadas por repasse do programa nacional de desinstitucionalização. O nome teve o efeito favorável à cobertura dos custos, pelo menos em parte, mas também franqueou a interpretação de que se continuava tratando de enfermos e incapazes, os quais deviam ser cuidados por técnicos escalados para trabalhar em cada uma das moradias, trajando-se inclusive como era a prática do hospital de origem. Claro, cuidar sim era preciso, mas como em uma relação entre sujeitos com as suas autonomias estimuladas até o alcance que lhes fosse possível, podendo inclusive dispensar a presença obrigatória em uma residência terapêutica por toda vida. Visitei e pude constatar pessoalmente essa conduta em algumas unidades descentralizadas, as quais mais pareciam pequenos manicômios, submetidas à velha prática por inércia, não necessariamente por intensão.

Assim começávamos a desocupar leitos da unidade hospitalar transformada em abrigo temporário e de preparação dos moradores para a desinstitucionalização. Em fevereiro de 2014 vieram moradores do Jardim das Acácias, transferidos das instalações provisórias da mesma associação mantenedora do hospício, que fora vendido para edificação de um shopping no centro da cidade. Em julho de 2014 viriam as mulheres internadas de longa data no Hospital Mental de Medicina Especializada, todas retiradas do manicômio por autorização judicial, em um só dia, haja vista a resistência de sua administração à proposta de valores definidos pelo Ministério da Saúde para a continuidade da permanência das moradoras, que de todo modo seria temporária.

Familiares indignados com a nossa intervenção judicialmente autorizada, vieram ser importantes colaboradores na execução das medidas de desinstitucionalização ao se convencerem do que deveria ser o tratamento mais adequado às suas mães, filhas ou irmãs, feitas moradoras definitivas da instituição convencional.

A adaptação revelada pelos ocupantes da residência na Parada do Alto, não se verificaria na cidade baixa, no centro da cidade, onde havia residências disponíveis para locação, cujos proprietários tinham se mudado para apar-

tamentos centrais, condomínios afastados do centro, chácaras nos limites do município ou para municípios limítrofes, senão para outras cidades. Proprietários remanescentes passaram a oferecer resistência à ocupação com a finalidade de residências terapêuticas, que em muito contribuiriam para o processo de acolhimento dos egressos em moradias já existentes na cidade, entremeio à sua ocupação original.

De todo modo, fomos conseguindo apoio e vencendo dificuldades alcançando mais de 150 pessoas desinstitucionalizadas, cerca de 50 delas tendo retornando ao convívio familiar. Houve quem voltou para São Miguel Arcanjo e Itararé, como também conseguimos articular Carapicuíba, Franco da Rocha, Guaratinguetá, Guarujá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Paulo para planejarmos o retorno de moradores então do Polo de Desinstitucionalização Vera Cruz às suas origens.

Ao deixar a gestão de Sorocaba receberíamos várias mensagens de agradecimento pela gestão compartilhada, de intensa participação e cooperação.

Da coordenadora de saúde mental, demitida conjuntamente: “Deixo esta gestão, certa de que fiz o meu melhor, deixando frutos, abrindo expectativas, provocando muitas pessoas ao exercício de sua autonomia, desejantes e atuantes para a construção de uma sociedade mais justa e equânime. Desejo que as relações de confiança se restabeleçam, que não haja espaços para dúvidas e que as diferenças possam ser vividas como riquezas”.

Resposta que dei no momento imediato ao abrir a primeira mensagem:

Caríssimos, agora que estou quase indo embora!

Vocês da casa são portadores das sementes. Penso que as tenhamos inoculado o bastante para resistirem férteis. E assim permaneçam quiescentes para germinarem quando houver chance, “nas águas”, como se diz lá em Parapanema... As águas vão rolar, nada é mais certo depois da estiagem, ainda

que nos ameace a tardança! Não desacorçoem, vocês que são da saúde desde antes, que certamente já se deslumbraram com o que poderia ser a vez de tudo um dia se realizar. Vai que esteja por perto uma chuva boa, benfazeja, dadivosa... Façam chover, ou melhor, façam ver ao prefeito, aos conselheiros, aos sorocabanos de todas as vilas e tantos jardins, lhes rasguem os céus, porque a terra já foi rasgada! Boa sorte, muito mais que juízo...



Buscar no Site

busca

somente nesta área

Busca Avançada...

Você está aqui: Página Inicial → Sala de Imprensa → Notícias PRSP → 24/10/13 - Evento em Sorocaba entrega chave de residência terapêutica a 10 antigos usuários do Hospital Vera Cruz

## Institucional

Conheça o MPF

Procuradores

Atuação

MPF na Capital

MPF nos Municípios

Plantão

PRDC - Cidadania

## Portal da Transparência

Orcamento

Recursos Humanos

Licitacoes

Contratos e Convenios

Compras

Estatísticas

Doacoes

Portarias Administrativas

## Concursos

Procurador

Servidor

Estagiario

## Sala de Imprensa

Notícias

Publicacoes

Eventos

## Servicos

Biblioteca

Consulta Processual

Atendimento ao Cidadao

Horario de Atendimento

Links Externos

Grupos Externos

## 24/10/13 - Evento em Sorocaba entrega chave de residência terapêutica a 10 antigos usuários do Hospital Vera Cruz

**Residência terapêutica é fruto de acordo que garante tratamento adequado a pessoas com transtorno mental da região; quatro pacientes já conseguiram benefício assistencial do INSS sem necessidade de prévia interdição**

Na última quarta-feira, dia 23 de outubro, aconteceu em Sorocaba a II Reunião Técnica Ampliada do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) dos hospitais psiquiátricos de Sorocaba e região com o tema: "Serviços Residenciais Terapêuticos: garantir o direito e a liberdade de morar e viver nas cidades".

Durante a reunião foi entregue a chave da primeira residência terapêutica na qual residirão os dez primeiros antigos usuários do Hospital de Vera Cruz, no município de Sorocaba. A residência está localizada no bairro Parada do Alto, na zona leste de Sorocaba.

A reunião foi realizada por uma Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Desinstitucionalização e da Adequação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) gerada a partir do TAC, onde foi criado um plano de ação para tomar as medidas de adequação da assistência às pessoas com transtornos mentais. Além da casa, a comissão conseguiu também a concessão de benefício assistencial pelo INSS para os primeiros quatro pacientes sem a necessidade de interdição prévia.

A conquista é resultado de uma ação conjunta do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual por meio do TAC celebrado no estado de São Paulo.

O procurador da República Jefferson Aparecido Dias, representante do MPF, declarou estar muito satisfeito com a conquista. "Um dos usuários que estava institucionalizado há 23 anos, pediu o microfone para dizer que estava feliz em ter uma casa para morar, mas que esperava conquistar novos direitos. Disse que 'agora, a vida pode ser melhor'", relatou o procurador.

**ACORDO.** O TAC- Sorocaba foi assinado em dezembro de 2012. Nele, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, o Estado de São Paulo, a União, e os municípios de Sorocaba, Salto de Pirapora e Piedade assumiram o compromisso de enfrentar os problemas no atendimento dos sete hospitais psiquiátricos particulares da região de Sorocaba que compõem o maior polo manicomial do País, com mais de 2,7 mil pacientes. Pelo MPF assinaram o TAC os procuradores da República Jefferson Aparecido Dias e Lisiane Cristina Braecher.

O objetivo é garantir a integralidade da assistência terapêutica em todos os componentes da rede de atenção psicossocial. O Termo estabelece que, em até três anos, todos os pacientes hoje atendidos pelos sete hospitais psiquiátricos privados - que recebem verba do SUS - serão transferidos para a Rede de Atenção Psicossocial gerida pelo poder público.

O TAC firmado também criou uma Comissão de Acompanhamento e Monitoramento da Desinstitucionalização e Adequação do RAPS formada por representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria de Estado de Saúde e de cada um dos municípios, possibilitando a efetiva implementação do plano de ação.